

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 908.551 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S)	: CERÂMICA SANTA ROSA LTDA
ADV.(A/S)	: LUÍS CLÁUDIO GERHARDT STEGLICH
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ARGUMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 287. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. AGRAVO DESPROVIDO.

DECISÃO: Trata-se de agravo nos próprios autos (fl. 66 do Doc. 06), interposto com fundamento no artigo 544 do Código de Processo Civil, objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário (fl. 83 do Doc. 05), manejado com arrimo na alínea *b* do permissivo constitucional, contra acórdão (fl. 57 do Doc. 05) que assentou, *verbis*:

“TRIBUTÁRIO. AGRAVO LEGAL. DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO A RECURSO. ARTIGO 557, ‘CAPUT’ DO CPC. VALIDADE CDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE INTIMAÇÃO DE LANÇAMENTO. MULTA DE MORA.

1. Não comprovada à inexigibilidade, a incerteza ou a iliquidez das CDAs, resta mantida a higidez dos títulos executivos e da execução delas decorrente.

2. O crédito torna-se exigível a partir da formalização da confissão, podendo, inclusive, ser inscrito em dívida ativa

ARE 908551 / RS

independentemente de procedimento administrativo, desde que a cobrança se dê pelo valor declarado.

3. A multa moratória aplicada não se mostra abusiva ou desarrazoada, inexistindo ofensa aos princípios da capacidade contributiva e da vedação ao confisco. Não há falar, também, em ofensa ao princípio constitucional da isonomia, porquanto a multa fiscal decorre de lei e é imposta a todos os contribuintes que se encontram na mesma situação jurídica.

4. Ausentes elementos a alterar a decisão que analisou o pedido da inicial, deve ser mantida a decisão denegatória de seguimento a recurso.

5. Agravo legal desprovido.”

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 75 do Doc. 05).

Nas razões do apelo extremo, o contribuinte sustenta a preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta ofensa ao artigo 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal.

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso extraordinário por entender que a alegada ofensa é indireta e que incide o óbice da Súmula nº 279 do STF (fl. 53 do Doc. 06).

O Superior Tribunal de Justiça negou seguimento ao agravo em recurso especial (fl. 28 do Doc. 07).

É o relatório. **DECIDO.**

Ab initio, a repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (artigo 323 do RISTF). Consectariamente, se inexistente questão constitucional, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (artigo 102, § 3º, da CF).

A agravante não atacou o fundamento da decisão agravada, deixando de infirmar o óbice da Súmula nº 279 do STF. Esta Suprema

ARE 908551 / RS

Corte firmou jurisprudência no sentido de que a parte tem o dever de impugnar os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não ter sua pretensão acolhida, por vedação expressa do enunciado da Súmula nº 287 deste Supremo Tribunal Federal, de seguinte teor: *“Nega-se provimento ao agravo, quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir a exata compreensão da controvérsia”*. Nesse sentido, colacionam-se os seguintes julgados:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DEVER DE IMPUGNAR TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 287. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - O agravo não atacou os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário, o que torna inviável o recurso, conforme a Súmula 287 do STF. Precedentes. II - O argumento expendido no presente recurso referente à suposta admissibilidade recursal com base no art. 102, III, c, da Constituição traduz inovação recursal, haja vista não ter sido mencionada nas razões do apelo extremo. III - Agravo regimental improvido.” (ARE 665.255-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 22/5/2013).

“Agravo regimental no agravo de instrumento. Processual. Ausência de impugnação de todos fundamentos da decisão agravada. Óbice ao processamento do agravo. Precedentes. Súmula nº 287/STF. Prequestionamento. Ausência. Incidência da Súmula nº 282/STF. 1. Há necessidade de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de se inviabilizar o agravo. Súmula nº 287/STF. 2. Ante a ausência de efetiva apreciação de questão constitucional por parte do Tribunal de origem, incabível o apelo extremo. Inadmissível o prequestionamento implícito ou ficto. Precedentes. Súmula nº 282/STF. 3. Agravo regimental não provido.” (AI 763.915-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 7/5/2013).

ARE 908551 / RS

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente